

Justiça 2023: a justiça centrada nas pessoas

Reunião Ministerial da Justice Action Coalition

30 de maio de 2022

Documento de Resultado¹

Hoje, nos reunimos como membros e parceiros da Justice Action Coalition.

Nossa coalizão é uma rede de países e parceiros que defendem a justiça para todos e trabalham para fechar a lacuna da justiça global. Unimos forças em nível internacional e demonstramos liderança ambiciosa em nossas prioridades nacionais para a justiça centrada nas pessoas.

No centro desta abordagem estão os esforços para colocar as pessoas no centro dos sistemas de justiça e oferecer soluções justas, inclusivas, relevantes e oportunas para seus problemas de justiça, que levem a resultados justos e respeitem os direitos humanos.

Nossa ação conjunta está focada na realização da promessa do ODS16 de fornecer acesso à justiça para todos, baseia-se na agenda internacional de ação estabelecida no relatório [Justiça para Todos](#) e será orientada pelos princípios da justiça centrada nas pessoas, que endossamos em nossa [Carta Conjunta](#) ao Secretário Geral da ONU. Não deixar ninguém para trás e garantir a igualdade de gênero são pré-requisitos para alcançar a igualdade de acesso à justiça para todos e cumprir com a Agenda 2030.

Discutimos que o futuro de nossas sociedades depende da nossa capacidade de restabelecer a confiança entre as pessoas, comunidades e governos e renovar o contrato social em países ao redor do mundo. A paz e a prosperidade de nossas sociedades requerem a salvaguarda da democracia e a resposta às violações e abusos dos direitos humanos, sobretudo em países afetados por conflitos violentos. Para alcançar isso, devemos reduzir as desigualdades e a exclusão, prevenir todas as formas de violência e fornecer igualdade de acesso à justiça para todos.

A pandemia tem colocado contratos sociais sob uma pressão sem precedentes. Acreditamos que colocar as pessoas no centro da justiça é fundamental para reviver os laços que mantêm nossas sociedades unidas e para restabelecer a confiança entre as pessoas e as comunidades e os governos.

Precisamos de ações ousadas para transformar os sistemas de justiça.

Precisamos fazer de 2023 um ponto de inflexão para a justiça centrada nas pessoas.

Este é nosso Apelo à Justiça de 2023.

¹ DeepL Translator (<https://www.deepl.com/translator>) foi usado no processo de tradução desde inglês ao português.

Este é nosso Apelo à Justice de 2023:

Desafiamos a nós mesmos e apelamos para outros países a irem ao SDG Summit em setembro de 2023 com dados e provas para demonstrar sua contribuição para fechar a lacuna da justiça global. O pivô para uma justiça centrada nas pessoas pode incluir:

- 1. Coleta de dados sobre a justiça que as pessoas querem e precisam e como elas vivenciam sua jornada de justiça.*
 - 2. Cocriar estratégias para tornar-se muito melhor na resolução e prevenção dos problemas de justiça mais comuns das pessoas, garantindo a igualdade de gênero de todas as respostas.*
 - 3. Estabelecer objetivos comuns para uma série de atores da justiça e iniciar a implementação de estratégias para alcançar esses objetivos.*
 - 4. Investir em escala para transformar a justiça à medida em que ela é entregue e experimentada pelas pessoas, reduzindo o número de problemas de justiça não resolvidos e criando resultados justos.*
-

Apelamos a todos aqueles que trabalham pela justiça e equidade, incluindo defensores da justiça de base, paralegais comunitários, atores da sociedade civil e outros provedores de justiça, empresários e inovadores da justiça, funcionários públicos, advogados, juízes e outros profissionais da justiça estatais e não-estatais para unir forças e fortalecer o movimento global pela justiça centrada nas pessoas. Convidamo-los a iniciar e complementar os esforços governamentais para:

- 1. Coletar e compartilhar dados sobre os problemas de justiça mais comuns das pessoas nas comunidades que servem, quem os enfrentam e o que pode ser feito para resolvê-los e preveni-los.*
 - 2. Capturar e apresentar evidências de estratégias inovadoras que funcionam para prevenir e resolver problemas de justiça e empoderar as pessoas a participar plenamente na sociedade e na economia.*
 - 3. Instar, encorajar e apoiar os países a apresentarem relatórios nacionais para a revisão nacional voluntária do progresso em direção aos ODS.*
-

Apelamos aos jovens para que falem sobre suas expectativas e sonhos de justiça em seu presente e futuro e convidamo-los a:

- 1. Reunir-se para formar redes ou grupos de autoajuda e se envolver em suas comunidades para garantir que suas vozes e preocupações de justiça sejam ouvidas pelos formuladores de políticas.*
 - 2. Tornar-se ou conectar-se com líderes locais eleitos e atores da justiça para levantar suas preocupações sobre a justiça e realizar suas visões de uma sociedade justa e igualitária.*
 - 3. Apoiar uns aos outros e aos membros da comunidade na resolução de seus problemas de justiça.*
-

Apelamos às instituições regionais, organizações internacionais, fundações, filantropos, outros doadores, instituições de coleta de dados e de pesquisa e atores relevantes do setor privado para fornecer apoio coerente

aos atores nacionais e locais e, quando relevante, aumentar o financiamento para fechar a lacuna de justiça global. Convidamo-los a:

1. *Preparar e apresentar relatórios temáticos para compreender melhor a lacuna da justiça.*
2. *Coletar e analisar dados desagregados e preparar relatórios específicos para aqueles que têm mais dificuldades de acesso à justiça, incluindo mas não limitado a mulheres e meninas, crianças, refugiados e vítimas de violações e abusos dos direitos humanos, especialmente em contextos afetados por conflitos violentos.*
3. *Preparar e apresentar relatórios de progresso regionais sobre como alcançar a igualdade de acesso à justiça para todos.*
4. *Apoiar os esforços nacionais e locais para fornecer justiça para todos dentro de investimento nas capacidades locais.*
5. *Apoiar a coleta local e nacional de dados e evidências da justiça centrada nas pessoas e suas traduções em programas e estratégias.*
6. *Aumentar o apoio político e financeiro para programas e estratégias de justiça centrados nas pessoas.*
7. *Assegurar a participação das vítimas de violações e abusos dos direitos humanos na concepção, implementação e operação dos processos da justiça, especialmente em contextos afetados por conflitos violentos.*

Como a Justice Action Coalition, nós vamos:

- Apresentar o **Apelo à Justiça 2023** em reuniões e fóruns internacionais relevantes, incluindo o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU em julho de 2022, com o objetivo de aumentar o apoio político e financeiro para a justiça centrada nas pessoas.
- Colaborar para **operacionalizar a Justice Action Coalition** e desenvolver uma estrutura permanente para facilitar nosso trabalho conjunto e promover uma ação de justiça eficaz. Esta estrutura facilitará a coordenação de dados e evidências sobre justiça, a promoção do aprendizado e intercâmbio das ideias entre países, a coerência da assistência internacional e o financiamento de iniciativas catalíticas para a justiça centradas nas pessoas.
- Formar e apoiar uma **equipe de trabalho** para desenvolver propostas, apoiar a tomada de decisões e preparar um anúncio formal de uma estrutura permanente para apoiar a Justice Action Coalition no Segundo SDG Summit, em setembro de 2023.

Este documento de resultados acordados se refere à segunda Reunião Ministerial da Coalizão de Ação pela Justiça, organizada por H.E. Liesje Schreinemacher, Ministra do Comércio Exterior e Cooperação Internacional da Holanda, realizada virtualmente em 30 de maio de 2022.

A reunião foi assistida pelos Ministros da Justiça, seus adjuntos, os Procuradores-Gerais, o Ministro da Cooperação Internacional ou o Ministro das Relações Exteriores dos seguintes países: **Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, França, Alemanha, Indonésia, Japão, Libéria, Luxemburgo, Holanda, Níger, Portugal, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Ilhas Salomão e Suécia.**

A reunião foi organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Holanda, o secretariado do g7+, The Elders, e os Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies. A reunião incluiu participação de representantes das seguintes organizações: HiiL, ICTJ, IDLO, OGP, OCDE, Nações Unidas (EOSG), PNUD, ONU Mulheres, World Bank e World Justice Project.

Para mais informações, por favor visite: www.justice.sdg16.plus